

# A língua como questão nos primórdios da história da colonização africana: a *Crônica da Guiné*, de G. E. de Zurara<sup>1</sup>

Recebido 18, jul. 2005/Aprovado 27, set. 2005

Bethania Mariani

## Resumo

*Objetiva-se, com esse artigo, compreender os momentos iniciais do processo português de colonização lingüística de determinadas regiões do continente africano. Para tanto, realizou-se uma análise da Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné, escrita por Gomes Eannes Azurara, em 1453. Esse texto de Azurara, base para a depreensão das idéias lingüísticas que marcaram os primeiros contatos entre as línguas faladas por portugueses e pelos habitantes da costa africana, foi colocado em confronto com outros monumentos textuais, tais como ordens reais e bulas papais também escritas nesse mesmo período.*

Palavras chave: *colonização lingüística portuguesa; língua portuguesa; línguas africanas.*

<sup>1</sup> Este trabalho integra o projeto *Por uma história da política lingüística portuguesa. Línguas e formação de estados nacionais do passado ao presente*, patrocinado pelo CNPq, na forma de uma bolsa de produtividade em pesquisa.

Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que confiamdo-nos de Gomçalo d'Azerara escudeiro de nossa Cassa que o fará como compre a nosso serviço e querendo-lhe fazer graça e mercee teemos por bem e damo-llo daquy em diamte por stprivam da nossa Chancelaria dos Fectos e coussas de Guinee de que Afonso Alvarez calaveiro de nossa Casa he juiz asy e pella guissa que o elle deve seer e como o sam os outros stprivãees da chamcellaria destes nossos rregnos com o quall officio nos praz e queremos que aja de mamtiimento em cada huum anno três mill e seiscentos rs. bramcos a rrezam de trezemos rs. por mes. [...] Dada em Lixbooa ix dias do mes d'Outubro. Joham d'Alpoym a fez. Anno de Mill e iijcxxxij.

(Portugalliae Monumenta  
Africana, v. I, p. 373)

## 1.

Do passado colonial aos dias de hoje, o que se marca e o que se silencia como memória na formação lingüística das nações africanas colonizadas pelo império português? Em que medida o estudo dos encontros e confrontos do início do processo de colonização lingüística contribui no esclarecimento da formação sócio-lingüístico-cultural dessas nações?

Este trabalho se propõe a estudar os primórdios do processo português de colonização lingüística de determinadas regiões do continente africano a partir da análise das formas de textualização desse processo histórico. Está em jogo a compreensão do modo como os portugueses significaram a língua do outro nesses momentos iniciais de conquista dessa região denominada, na época, de *país dos negros*, *Etiópia* ou *país dos homens queimados* (ENDERS, 1994, p. 18) e chamada, ainda nos dias de hoje por muitos estudiosos de *África portuguesa* ou *África lusófona*.

Por textualização, aqui, entende-se a inscrição de gestos de interpretação, atos no nível simbólico (PÊCHEUX, 1969), em uma difusa diversidade textual composta por crônicas, cartas, leis e bulas papais. Os gestos de interpretação inscritos nessa materialidade textual específica – textos administrativos e textos feitos por encomenda – retratam sobretudo algumas das muitas direções de sentidos para a história da conquista da África. Em suma, nessa escrita portuguesa sobre a África, uma escrita inscrita numa tradição eurocêntrica, é possível entrever vestígios do modo como a língua portuguesa e as línguas africanas eram significadas nesse contexto da expansão marítima.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Embora no momento não seja nosso objetivo de análise, é importante ressaltar que pesquisadores angolanos têm demonstrado a existência de algumas fontes documentais escritas por povos africanos a partir do final do século XV, abrindo uma perspectiva inédita de estudos. Afirmam esses pesquisadores que “os africanos aprenderam a usar a escrita antes de saberem escrever, mas quando foram alfabetizados conservaram e transmitiram cuidadosamente esse saber. Passaram a deter a capacidade de fazer falar o papel.” No final do século XV, na costa da Guiné, “os chefes se cartevavam com D. João II...” (TAVARES E SANTOS, 2002, p. 14) Com este material, será possível compreender e contrastar, em trabalhos futuros, duas diferentes formas de textualização, a do colonizador e a do colonizado.

A compreensão dos modos de inscrição textual desses gestos de significação foi realizada a partir da leitura da *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné*, escrita por Gomes Eannes Azurara, a pedido do rei Dom Afonso V, em 1453. E o texto de Azurara, base para a apreensão das idéias lingüísticas que marcaram os primeiros contatos entre as línguas faladas por portugueses e pelos habitantes dessa costa africana, foi colocado em confronto com outros monumentos textuais, tais como ordens reais e bulas papais também escritas nesse mesmo período.

## 2.

Trabalhar com a linguagem, considerando que sua dimensão simbólica se encontra presente em todos os modos de ação humana, é reconhecer que a linguagem engendra e é engendrada por questões de natureza sócio-histórica. Quando se focaliza a dimensão simbólica, não se fica restrito a entender a linguagem como um meio de comunicação ou de expressão de idéias, pode-se entendê-la em seu funcionamento sócio-histórico, ou seja, como modo de produção de sentidos e instauração de diferenças entre os sujeitos. Conseqüentemente, é possível pensar na imbricação do político no lingüístico, na medida em que o político faz parte do modo como as instâncias de poder disputam as práticas simbólicas da sociedade, tentando gerenciar a produção dos sentidos.

O trabalho com a linguagem, nessa perspectiva que tem suas raízes nos fundamentos teórico-metodológicos da análise do discurso francesa, permite buscar a compreensão de outros aspectos relativos à vida em sociedade, à formação histórica dos estados nacionais e às relações políticas que instâncias de poder do Estado mantêm internamente com os cidadãos e externamente com outros Estados. Em síntese, um estudo da linguagem como elemento simbólico constitutivo de uma sociedade possibilita uma outra compreensão da história de uma formação social.

Por outro lado, na história política de qualquer formação social, a questão da língua se coloca, pois a língua nacional é, na maioria das vezes, um dos elementos constitutivos do Estado. Entender uma língua nacional como objeto simbólico, como um elemento constitutivo da sociedade tal como foi historicamente construída, entender que a constituição dessa língua e desse estado são resultado histórico de uma diversidade e de uma heterogeneidade, ou seja, entender que toda idéia de unidade lingüística nacional é imaginária, pois resulta do encontro e do confronto entre pelo menos dois povos, com duas línguas e com duas histórias distintas, é percorrer um caminho que se propõe a construir a história de uma língua como ele-

mento simbólico de nacionalidade, para chegar na história de uma formação social. É um outro campo de estudos sobre a história da constituição da língua nacional que se recorta, campo esse que produz um conhecimento sobre a história, sobre a formação de uma sociedade e sobre o funcionamento social e institucional das línguas.

Nesse campo de estudos sobre a língua nacional, são considerados os processos de historicização das línguas. Em outras palavras, no processo de construção da identidade de uma língua como língua nacional, é preciso levar em conta como ela se historicizou: os primeiros contatos lingüísticos, a atuação dos línguas (ou *turgimões*), os confrontos com outras línguas, enfim, estes são alguns dos acontecimentos que marcam um percurso lingüístico na formação social em situação de colonização. Percurso de acontecimentos que ao mesmo tempo produz uma memória lingüística sobre essa marca de identidade. Como bem disse Orlandi, “o estudo sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos ‘falar’ da sociedade e da história política da época, assim como do que resulta como idéias que se constituem e que nos acompanham ao longo de nossa história” (ORLANDI, 2002, p. 48).

## 2.1.

No caso do presente estudo, focalizamos os relatos indiretos sobre os primeiros contatos do processo que posteriormente foi se consolidar como *colonização lingüística* (MARIANI, 2004) das regiões africanas conquistadas pelos portugueses. Por colonização lingüística compreendemos o resultado de um acontecimento lingüístico na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato anterior. Trata-se de um processo histórico de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s), colonizada(s).

Assim, a colonização lingüística pode ser apreendida como um acontecimento lingüístico bastante específico: um (des)encontro lingüístico no qual os sentidos construídos são singularizados em situações enunciativas singulares, situações históricas paulatinamente engendradas, que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais que significam com uma língua de colonização.

Ora, de um modo geral, é possível ter acesso às políticas de colonização lingüística através dos próprios discursos da colonização, ou seja, através dos assim chamados relatos históricos feitos muitas vezes por encomenda, como é o caso da *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné*. Esses relatos,

quando confrontados com a legislação da época, deixam entrever o modo como se significava esse contato lingüístico inicial. Legislar e escrever em língua portuguesa sobre o descobrimento das terras africanas e sobre as descobertas em terras africanas são processos que se encontram indissociados de suas condições de produção, ou seja, estão fortemente vinculados ao imaginário lingüístico eurocêntrico desse século XV.

Boxer (2001), indagando as motivações e as razões da expansão marítima, apresenta alguns elementos históricos na tentativa de formular possíveis explicações para a supremacia dos reis e dos navegadores portugueses: o fato de “Portugal ser um reino unido durante todo o século XV, virtualmente sem guerra civil.”; a conquista e ocupação de Ceuta (1415), que “possibilitou indubitavelmente aos portugueses a obtenção de informações acerca das terras dos negros do Alto Níger e do Senegal, de onde o ouro vinha [...]” (BOXER, 2001, p. 36-37). Ainda segundo o autor, “o impulso de cruzada e a procura do ouro da Guiné foram bem depressa reforçados pela demanda do Preste João” (BOXER, 2001, p. 36-37), ou seja, um relato romanceado sobre um reino distante governado por um rei-sacerdote cristão muito poderoso, rico e possível aliado contra os muçulmanos. A motivação religiosa da luta contra os mouros infiéis, como aponta Boxer e outros historiadores, também contribuiu na consolidação do domínio português das terras africanas, pois durante mais de um século o poder religioso estimulou os reis portugueses a seguirem em frente em suas cruzadas e o reconhecimento vem na forma da concessão das terras descobertas.

A bula papal de Nicolau V, conhecida como *Romanus pontifex*, concede a D. Afonso V e a seus sucessores o direito de conquistar, ocupar e se apropriar de todas as terras, portos, ilhas e mares da África, com o direito de legislar, construir igrejas e escravizar os infiéis. Essa bula foi seguida de outras que reafirmam e especificam o direito português de expansão territorial. Em 1462, a bula *Pastor bonus*, do papa Pio II, dá poderes a D. Diogo, bispo de Rubião, para evangelizar os infiéis da Guiné e das ilhas Canárias. Várias bulas passam, então, a conjugar essas prerrogativas: conquistar, dominar, escravizar e evangelizar. Mas algumas bulas são especificamente voltadas para enfatizar essa direção da cristianização: *Ex assuetae pietatis* (1462), *Non debet indecens* (1464), *Pastoris eterni* (1472), *Aeterni Regis clementia* (1481).<sup>3</sup> Performativamente, nelas se ordena a evangelização e, ao mesmo tempo, se concede o direito de evangelizar. Como afirma Boxer, “o efeito cumulativo destas bulas papais foi dar aos portugueses – e na devida altura, aos outros europeus que os seguiram – um beneplácito religioso à atitude de domínio idêntico para todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade.” (BOXER, 2001, p. 40) No entanto, nessas bulas do século XV, não se explicita uma pedagogia religiosa, ou seja,

<sup>3</sup> No volume I da *Portugaliae monumenta africana* (cf. bibliografia) encontra-se o texto das bulas editadas entre 1443 e 1488. Os organizadores do livro de Azurara (1841), na nota 01, da página 92, apresentam uma lista datada com o nome dos papas e das bulas que concedem terras aos portugueses e ordenam o combate aos infiéis.

não há indicações sobre o modo como a evangelização deveria se processar, apesar “dos cânones dos concílios recomendarem de pregar para o povo na língua do lugar” (AUROUX, 1998, p. 23).

Falar da formação das línguas nacionais no continente europeu nesse período é desentrelaçar a história das línguas – o latim e as línguas vulgares –, a história das questões religiosas e a história da gramatização das línguas.<sup>4</sup>

Note-se que na história da formação social portuguesa, assim como na história da formação social de outras nações européias, a oralidade era a forma de afirmação e de aprendizado da língua falada na região, ou seja, uma língua distinta do já gramatizado latim. O latim vai cedendo espaço de comunicação para o vernáculo, ou língua vulgar: a língua em que se expressavam as significações cotidianas. É pela prática oral, pelo convívio com os falantes que essas línguas eram apre(e)ndidas. Essa situação da lenta afirmação dos vernáculos frente ao latim se altera com o processo de gramatização, processo que corre paralelo às transformações sociais, culturais e políticas, como a urbanização crescente, a expansão marítima, o incremento das relações comerciais, as disputas religiosas etc.

A afirmação de unidade lingüística é um dos elementos que vai constituir o projeto de identidade nacional durante esse lento processo de constituição histórica das nações européias. Impunha-se como necessária uma única língua a ser usada por todos com a função de regular juridicamente as relações de vassalagem. Entre o século XII, período de constituição do Condado Portucalense, e o século XV, objeto de nosso estudo, a língua portuguesa e sua escrita vão paulatinamente se impondo, embora as duas primeiras gramáticas da língua só tenham vindo a público na terceira década do século XVI. Observe-se, ainda, que o idioma português era referido como “nossa lyngugem”, como “linguagem ladinha portuguez” ou simplesmente como “linguagem”.<sup>5</sup>

Se, ao longo do século XV, completa-se o processo em que a língua portuguesa torna-se companheira do império português, desvinculando-se cada vez mais do latim e do espanhol, ao longo desse mesmo século, em função das cruzadas, das navegações, do comércio e da evangelização, os portugueses defrontaram-se com uma babel languageira. Desse ponto de vista, a questão lingüística não pode ser reduzida apenas a uma afirmação da língua portuguesa frente ao latim e frente ao espanhol. Trata-se de afirmar uma supremacia também frente às novas línguas que vão se dando a conhecer, agregando às conquistas um processo de colonização lingüística. Aliás, essa ideologia é formulada por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da linguagem portuguesa*, publicada em 1540: “[...] melhor é que que

<sup>4</sup> “[...] por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário. [...] a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea à exploração do planeta (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos [...]” (AUROUX, 1992, p. 52).

<sup>5</sup> O primeiro exemplo foi extraído do *Leal conselheiro*, escrito por D. Duarte I (ou sob sua supervisão), provavelmente em 1437 ou 1438, e se refere ao modo como devia ser realizada a tradução de textos latinos; o segundo, uma legislação do livro das *Ordenações alfonsinas*, que reedita uma lei de D. João, a qual previa pena de morte para os tabeliães judeus que não usassem a língua portuguesa. Ambos exemplos encontram-se em Machado, 1959. Já o terceiro exemplo foi retirado documento público que dá notícia da tradução da bula papal de Sisto IV, a *Aertenis Regis*: “... E humm transunto da dicta letera em linguajem facta per elle dicto doctor per mandado Del Rey nosso senhor da quall letera apostólica em latim e em linguajem os theores verbo a verbo ssum huum em pos outro os que se seguem.” No final desse mesmo documento encontra-se: “e apressentada asy a dicta letera apostolica e transunto della em linguajem como dicto he o dicto doctor disse ao dicto vigairo que a serviço do dicto senhor conpria e era necesario o trelado da dicta letera apostolica asy em latim como estava stripta como o dicto transunto em linguajem” (PORTUGALIAE, 1993, p. 275, 283).

ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma.” (OLIVEIRA, 1975, p. 42)

No caso dessas crônicas relativas à história da expansão marítima, embora questões relativas às línguas não sejam (ou sejam raramente) objeto de descrições e/ou opiniões, há um conjunto de práticas de linguagem que podem ser depreendidas, sobretudo no que diz respeito à atuação dos *turgimões* ou *línguas*. É no processo de descrição dessas práticas que se pode depreender os gestos de interpretação vinculados à imagem que se fazia das línguas e dos povos que as empregavam, como se verá a seguir.

### 3.

Gomes Eannes de Azurara, responsável pela *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*,<sup>6</sup> conta a história das viagens marítimas planejadas e ordenadas pelo Infante D. Henrique, também conhecido como o *Navegador*. A *Chronica* havia sido encomendada por D. Afonso V, e tinha como objetivo, conforme alguns historiadores,

satisfazer uma curiosidade múltipla: verificar pela experiência os relatos que corriam a propósito dos mares longínquos; saber se, para lá das regiões dominadas pelos Mouros, existiam reinos cristãos com os quais se pudessem estabelecer alianças e comerciar, além de salvar os povos idólatras e pagãos (ENDERS, 1994, p. 14).

É interessante observar que Boxer (2001), referindo-se ao Infante, também se vale do termo *curiosidade*, ao mencionar que teriam sido “anto os motivos de natureza apostólica e religiosa como uma curiosidade inteligente (mas quase nada científica) que alimentaram a persistência do Infante D. Henrique em enviar seus navios e caravelas para sul do cabo de Não [...]” (BOXER, 2001, p. 40).

Para esse trabalho, não é tão relevante saber se a curiosidade do Infante alimentou a necessidade de se escrever um relato de suas conquistas de modo a satisfazer a curiosidade dos demais portugueses. Mas, se seguirmos essa direção de interpretação historiográfica – o diferente, o outro desperta curiosidade –, podemos minimamente supor que o Infante tinha interesse econômico não apenas em tomar as terras e escravizar os seus habitantes, mas também em conhecer as línguas para melhor estabelecer contatos comerciais. No capítulo X, por exemplo, Azurara reproduz, a partir da narrativa de Affonso Gonçalves Baldaya, um dos capitães designados para chefiar as expedições, aquelas que teriam sido as recomendações do Infante. Dentre tais recomendações, destacamos:

Porem he minha tençom de vos envyar la outra vez, em que aquelle meesmo barinel, e assy por me fazerdes serviço, como

<sup>6</sup> Neste trabalho foi usada a edição que transcreve o manuscrito original e foi publicada em Paris, em 1841, pelo Visconde da Carreira (cf. bibliografia). Observe-se que na edição citada encontra-se *Azurara*, e não *Zurara*, tal como autores contemporâneos citam.

por acrescentamento de vossa honra, vos encomendo que vaades o mais avante que poderdes, e que vos trabalhes daver língua dessa gente, filhando alguu, per que o certamente possaes saber, ca nom seria pequena cousa, segundo o meu desejo, aver alguma pessoa porque desto possa seer em conhecimento (AZURARA, 1841, p. 61, grifos nossos).

Segundo o glossário que consta do final dessa edição da *Chronica*, um glossário feito no século XIX, *filhar*, *filhado*, *filhamento* são termos que significam tanto “tomar por força, guerreando” como, também, uma acepção moral, “filhar conselho” (AZURARA, 1841, p. 463). Ao longo do texto da *Chronica*, são narradas diversas situações em que se *filharam* “aquelles homees Mouros ou gentios”, uma “gente nom conhecida”, mas seguramente “gente barbarya e bestial” (AZURARA, 1841, p. 75, 88). Segundo Boxer (2001, p. 47), entre 1450 e 1500, os portugueses capturaram e escravizaram aproximadamente 150.000 negros num processo em que, muitas vezes, contavam com a ajuda dos chefes africanos. Saber a língua do outro, em tal contexto, era instrumento auxiliar para *filhar* cativos.

Como se observou no trecho citado acima, alguns prisioneiros funcionavam como elemento através do qual seria possível aprender a língua estranha aos ouvidos portugueses. Essa prática oral de aprendizado da língua estrangeira era, às vezes, realizada de outro modo, ou seja, muitas vezes portugueses (fossem comerciantes ou degredados) instalavam-se nas povoações, ficando imersos na cultura local absorvendo ritos e costumes africanos. Assim, aprendiam a língua e funcionavam como intérpretes e intermediários nas relações comerciais e escravagistas. Segundo os historiadores, esses portugueses eram chamados de *tangomãos* ou *lançados* (BOXER, 2001, p. 47).

Na *Chronica*, Azurara retrata situações nas quais é possível depreender dois diferentes gestos de significação: um sobre a atuação dos intérpretes negros, um outro sobre os intérpretes brancos. Esses gestos que acentuam a boa vontade e a correção do povo português, e, por contraste, a falta de lealdade dos línguas africanos.

A boa vontade portuguesa incluía o aprendizado da língua e a iniciação catequética. Esse foi o caso de um “moço negro”, *filhado*, levado para Portugal e educado pelo Infante D. Henrique. Conforme a *Chronica*, o Infante ensinou leitura e escrita,

e assy todallas cousas que compria saber xpãao, e ainda muytos xpãaos hi há que no as sabem tam perfeitamente como as elle sabya, ca lhe foe ensinado a oração do Pater Noster, e a Ave Maria, e os artigos da fé, e preceptos da ley, e obras de misericordya, e assy outras muytas cousas [...] alguus diziam que o Iffante mandava ensinar pera sacerdote, com a entençom de o envyvar em aquella terra, e preegar a fee de Jhu X. Mas creio que ao dyante morreo, nom

sendo ainda homem perfeito (AZURARA, 1841, p. 277, grifos nossos).

Quando a situação se invertia e, ao invés do negro ser levado para Portugal, era um português que ficava em terras africanas, o relato mantém uma mesma direção de sentidos, ou seja, a boa vontade portuguesa em terras africanas deixava saudades. Leia-se o recorte a seguir:

Bem he que tornemos por aquelle scudeyro [Joham Frrz], que no anno passado ficou no ryo do Ouro, como já dissemos, cujo special serviço he digno de grande memorya [...] Bem he que *elle fora já cativo antre os outros Mouros*, em esta parte do mar Medyterreno, *onde houvera conhecimento da linguaagem* [...] Se me ante maravillava no padecimento de Joham Frrz acerca de sua governança, *pouco menos me maravilho da afeição que lhe os moradores daquella terra tomarom*, e já seja que fosse sua affabillidade muy grande pêra qualquer outra gente [...] ca me certificaram que *quando se partira daquelles com que nos passados sete meses conversara, muytos delles choravam com soydoso pensamento* (AZURARA, 1841, p. 162, 174, grifos nossos)

Neste pequeno trecho, chama a atenção que, para além de o “scudeyro” ter obtido “conhecimento da linguaagem”, “afeição” e “soydoso pensamento”, ele “conversara” “com os moradores daquella terra [nos passados sete meses]”. Em sua etimologia latina, conforme Houaiss, *conversar* abrange o campo de significação de convívio em um mesmo local, tendo como sinônimos, no século XV, os verbos “confabular, dialogar, prosear, tagarelar”, dentre outros apontados pelo dicionarista. (HOUAISS, 2001, p. 827). Nessa história contada por Azurara, constrói-se uma imagem de companheirismo entre o conquistador português e os africanos, sendo essa imagem reforçada, lingüisticamente, pelo verbo *conversar*.

O mesmo não se observa quando é mencionada a atuação dos *línguas* africanos. Em dois episódios narrados por Azurara, é construída a imagem de como os *línguas* foram falsos e induziram os portugueses ao erro, chegando a provocar a morte de um capitão. Da narrativa desses episódios, o autor formula advertências e conselhos. Vejamos, no capítulo XXVIII, “Das razooes que o autor tem por aviso acerca da morte de Gonçallo de Sintra”, dois desses conselhos:

[...] he bem certo que vejamos se em este acontecimento contrario podemos apanhar algumas cousas proveitosas, no qual aqueecimento, sguardaando, acho sete cousas de que podemos filhar aviso [...] A segunda; que no prisioneiro a reféns, *torgimães de terra alheia, sempre se deve poer de specyal guarda, sguardando sobre elles com grande cautella*. [...] A quinta; *quando nossos inimigos certa língua ham de nosso poder e vontade, devemonos muyto guardar de fazer entrar em sua terra* [...] (AZURARA, 1841, p. 147, grifos nossos).

Os conselhos de Azurara apontam para uma questão lingüística bastante peculiar, uma vez que em meados do século XV ainda não havia descrições gramaticais feitas sobre as línguas africanas. Se, por um lado, os *torgimaaes* se faziam necessários para haver alguma inteligibilidade e transparência nas relações comunicativas e comerciais, por outro, os portugueses se tornavam reféns do conhecimento lingüístico obtido pelos *línguas*. Afinal, quem fornece uma possível visibilidade para essas situações são “torgimães de terra alheia” e, portanto, a língua praticada nessas situações enunciativas não merece confiança. Encontra-se, aqui, uma via de mão dupla em que a(s) língua, o(s) *língua(s)* e a(s) cultura(s) são usados para caracterizarem uns aos outros positiva ou negativamente.

Essa via de mão dupla, esse círculo vicioso, em que os africanos não são confiáveis porque são “nossos inimigos” e gente de “grande bestyallidade” e, mesmo aqueles que dominam o português, uma língua da cristandade, por fazerem do jogo tradutório entre as duas línguas um uso opaco e perigoso para os interesses portugueses, produz uma imagem negativa das duas línguas. Assim, a própria língua portuguesa transplantada para a terra africana, quando falada por um turgimão, cria uma situação lingüística paradoxal, já que resulta em uma tradução não confiável.

Em síntese, seja com a língua portuguesa, seja com a língua local, as duas formas de oralidade, oriundas e inscritas em duas histórias diferentes (a do conquistador e a do *filhado*), produzem efeitos diferenciados no relato de Azurara. Quando a situação enunciativa representa um português que aprendeu a língua *dos guinéus*, pode-se estabelecer uma correlação (implícita) positiva entre a imagem feita sobre esse português e suas práticas lingüísticas, fixando-se, dessa maneira, uma memória de boa vontade e de nobreza. O mesmo, no entanto, não ocorre com os línguas: a correlação (implícita) entre o falante e suas práticas de linguagem remete para a construção de um imaginário negativo.

Ainda é importante recortar do texto da *Chronica* um certo (re)conhecimento lingüístico classificatório fruto dos confrontos religiosos. Embora precário e pouco explorado, nesse relato depreende-se o quanto os portugueses estavam cientes da babel lingüística com que se defrontavam. No capítulo XII, descreve-se como Antam Gllz se tornou “cavalleiro” e, paralelamente, depreende-se a escuta dessa variedade lingüística:

[...] Recolhidos aquelles capitaaes a seus navyos, mandaram a aquelle *alarve* que Nuno Tristam levava consigo, que fallasse com aquelles mouros, e nunca o poderom entender, porque a linguajem daquelles nom he mourisca, mas azaneguya de Zaara, ca assy chamam a aquella terra; mas o cavalleiro parece que assy como era nobre antre os outros que ally eram cativos, assy vira mais

cousas e melhores, e andara outras terras onde aprendera a linguagem mourisca, e portanto se entendia com aquelle alarve, ao qual respondya a qualquer cousa que lhe preguntava [...]. (AZURARA, 1841, p. 79, grifos nossos).

O “alarve” em questão, um árabe beduíno “que vira mais cousas e melhores”, pôde servir de intérprete dos prisioneiros, pois falava “azeneguya”, língua não conhecida dos portugueses. Nesse pequeno recorte, a situação enunciativa retrata pelos menos três línguas – a portuguesa, a mourisca e a azeneguya – e a situação ininteligível ali gerada. Essa situação, apenas nos séculos seguintes começa a ser modificada, embora, como nos lembra Robins (1988), a língua árabe e a língua hebraica já fossem estudadas na Europa desde o século XIV.

Por fim, na *Chronica* de Azurara, não se encontra a (tentativa de) reprodução de palavras africanas, a não ser no recorte acima mencionado. Mesmo no final do relato, quando Azurara se refere aos costumes da terra desconhecida, pode-se observar a inclusão de *alquice*, uma palavra de origem mourisca presente nos usos do português desde 1279 (HOUAISS, 2001, p. 167), que significa um tipo de vestimenta usada pelas mulheres:

[...] *As molheres vestem alquices*, que som assy como mantos, como quaes soamente cobrem os rostros, e per alyy entendem que acabam de cobryr toda sua vergonha, ca os corpos trazem todos nus. Por certo, diz aquelle que ajuntou esta estorya, que esta he hua das cousas per que homem pode conhecer sua grande bestyallidade, *ca se algua pequena de razom antre elles houvesse, seguyryam a natureza, cobrindo aquellas partes* [...] (AZURARA, 1841, p. 359, grifos nossos).

Há uma espécie de não contaminação lingüística, um silenciamento que tanto remete para um efetivo desconhecimento das línguas como para um silenciamento do outro. Tanto é assim que, na edição consultada, o glossário colocado ao final é “das palavras e phrases antiquadas e obsoletas”, permitindo supor que ainda no século XIX o mundo lingüístico africano permanecia silenciado. É interessante observar esse silenciamento se processando também de outra forma, ou seja, através de brados de guerra, palavras portuguesas cristãs se impunham aos “mouros infiéis”, como nos conta o cronista em seus gestos de interpretação na descrição de cenas de luta:

[...] E quando pareceram sobre os Mouros, *alevantaram suas vozes*, as quaes nom eram menores do que a força de cada huu podya; *as quaes ouvydas dos Mouros foram muyto spantados e torvados*. Os nossos começaram de correr *braadando com seus acostumbrados apellidos, scilicet, Sanctyago! Portugal! Sam Jorge! Cujo soom nom era muy gracioso aos contrairros* [...] (AZURARA, 1841, p. 340, grifos nossos).

Azurara, inclusive, se permite fazer uma pequena ironia – “alevantaram suas vozes, [...] Cujo soom nom era muy graci-

oso aos contrairos [...]” –reforçando a imagem conquistadora do lugar da fala portuguesa cristã. Mas, de qualquer maneira, esse outro, pagão, *bestyalizado*, ora apresentado como traidor, ora silenciado, penetra no mundo português. Seu lugar precisa, então, ser regulamentado, as relações sócio-lingüístico-culturais estabelecidas precisam ser administradas.

Na próxima seção do trabalho, vamos interrelacionar essas questões lingüísticas apontadas no texto da *Chronica* com documentos pertencentes à legislação portuguesa da época.

#### 4.

Antes de mais nada, durante o período inicial da conquista, “o monopólio comercial da Coroa portuguesa era exercido diretamente através de feitores locais nomeados pela Fazenda Real.” (GUIA..., 1991, p. 16). Ainda durante o século XV, foram construídos “castelos fortificados ao longo das costas da Guiné e da Mina” além de inúmeras igrejas e capelas. Esses castelos eram comandados por capitães que, muitas vezes, também eram feitores e arrendatários das terras. A designação desses capitães, bem como a administração geral das terras ficava a cargo do rei e de diversas instâncias políticas, sobretudo o Desembargo do Paço, criado por D. João II. O Desembargo funcionava para os despachos do rei no que se referia, inclusive, às petições vindas do ultramar. Além disso, ainda durante o século XV, “o órgão governativo supremo era a Vedoria da Fazenda” (GUIA..., 1991, p. 18). Outras instâncias, como a Casa e Armazém de Ceuta, a Casa da Guiné, o Tesouro e Feitoria dos Resgates e Tratos da Guiné, posteriormente renomeada como Casa de Guiné e Mina, também tratavam da administração do comércio de ouro, marfim e escravos.

Como se nota, eram muitas as instâncias que tinham como função regulamentar e administrar as terras conquistadas. As cartas de mercê, os alvarás e os registros notariais citados a seguir foram produzidos por essas diferentes instâncias reais. É importante dizer que, recentemente, em 1993, após anos de compilação e estudos desse vasto e disperso material de arquivo, alguns documentos foram selecionados e publicados pelo Instituto de Investigação Científica Tropical com o título *Portugaliae monumenta africana*. Para a presente discussão, trabalhamos somente com o primeiro volume desta vasta coletânea buscando recortar a questão lingüística.

Chama atenção de imediato, nesta miscelânea de cartas de mercê, de doação, de quitação e de perdão, bulas papais, petições e demais registros notariais públicos, o volume de nomeações para a ocupação de postos e ofícios nas terras recém-conquistadas. É o caso, por exemplo, das cartas de procuração ou de licença para poder fazer contratos (PORTUGALIAE...,

1993, p. 196, 287), das cartas de mercê do ofício de capitão de metade da ilha de Cabo Verde (PORTUGALIAE..., 1993, p. 336), das de nomeação de chanceler (PORTUGALIAE, p. 366), de tesoureiro, de feitor e de juiz (PORTUGALIAE..., 1993, p. 76, 108, 159, 372), do ofício de almoxarife (PORTUGALIAE..., 1993, p. 164, 377) e, ainda, do ofício de escrivão (PORTUGALIAE..., 1993, p. 155, 160, 219, 364, 387, 391, 392, 423). Esse continuado esforço legislativo deixa entrever as tentativas iniciais de transposição do *modus operandi* da metrópole para as terras conquistadas. São formulações jurídico-administrativas responsáveis pelo estabelecimento de hierarquias e de relações entre aqueles súditos que, ou passam a habitar a terra, ou para lá seguem apenas com o intuito de estabelecer relações de comércio. São práticas institucionais escritas, transpostas para um meio predominantemente oralizado, opaco e desconhecido aos olhos portugueses.

Nesse conjunto de documentos publicados, por outro lado, é possível ler alguns deslocamentos e ressignificações em função da necessidade de adaptação à relação com o outro africano. É o caso, por exemplo, das cartas de perdão dadas para portugueses que mataram escravos africanos. Em função da justificativa presente em tais cartas, em função, também, da compreensão do dono do escravo de que tal morte era inevitável, o rei mandava perdoar o agressor, dizendo, por exemplo:

[...] o dicto Luis d'Orta senhor do dicto negro lhe tinha perdoado [...] per razom da dicta morte do negro este Joham Louremço fose obriguado [...] e querendo fazer graça e mercee ao dicto Joham Lourenço sopricante temos por bem e perdoamos-lhe nosa justiça a que nos elle permite do dicto negro era obriguado e visto o perdom do senhor do negro morto [...] porque nosa mercee e vontade he de lhe asi perdoarmos pella guisa que dicto he. [...] [carta de perdão escrita em 1488] (PORTUGALIAE..., 1993, p. 414).

Essa adaptação e regulamentação envolvia também a atuação dos *línguas*, como é possível observar nas cartas de contratação e de alforria transcritas mais adiante.

Como foi dito anteriormente, os *línguas* eram figuras muito importantes durante esses contatos iniciais, pois serviam como intermediários entre diferentes tipos de práticas de linguagem e de cultura. Os *línguas* tinham voz, tinham direito à palavra, eram detentores de um saber e, portanto, eram extremamente valiosos. Ao mesmo tempo, se sua existência impunha-se como uma necessidade, impunha-se também como signo de insegurança para os portugueses. Uma insegurança face ao desconhecimento lingüístico-cultural e também face à desconfiança que as traduções feitas pelos *línguas* inspiravam.<sup>7</sup>

A necessidade e o reconhecimento do trabalho dos *línguas* deixaram seus vestígios inscritos de diferentes maneiras.

<sup>7</sup> Uma pequena digressão, aqui, se faz necessária. Os gestos de interpretação de Zurara sobre as possíveis intenções de traição por parte dos *línguas* africanos remetem para uma imagem previamente construída sobre os pagãos, mouros e infiéis. E remetem também para o saber lingüístico da época, inserido nas controvérsias filosóficas geradas entre os realistas e os nominalistas.

Destacamos duas – um ofício de contrato e uma carta de alforria – conforme se pode ler nos dois recortes a seguir.

Sancho de Muñon, vesino de esta dudad de Sevilla, otorga que fase ygualança e conposiçion con Rodrigo Alvares, su tio, [...] que esta resente, en tal manera que el dicho *Sancho de Muñon le de un esclavo que ha nonbre de Pedro Muça, para yr por lengua a los mares y puertos de Guinea, en la carabela en que el dicho Rodrigo Alvares va por capitan* [...] Otorgose con condiçion que si el dicho Pedro Muça muriere, o se fuere o absentare, o les fuere tomado en el dicho viaje en qualquier manera, por tal manera que non buelva a poder del dicho Sancho de Muñon, que el le de e pague por el dicho su esclavo quinse mill maravedies luego de tornaviaje que la dicha carabela viniese al puerto [...] [ofício escrito em 1475] (PORTUGALIAE, 1993, p. 212, grifos nossos).

Dom João etc. A quantos esta nossa carta virem que a nos emviou dizer *Johão Garrido que ora estaa em Guinea que elle fora trazido a estes regnos por as caravellas que illa vão resgatar e que ho ouvera caa por seu escravo Gonçalo Toscano e fora alguuas vezes por lingoa a Guenea* e da derradeira vez que illa fora ficara illa e nom or mais tornase mouro nem viiver como mouro mas por desejar de ser forro e *nom tornase mais a ser escravo do dicto Gonçalo Toscano e que elle se venria logo a estes regnos que porem nos pedia por mercee que lhe desemos tal carta per que elle fosse forro e nom tornase mais a ser escravo do dicto Gonçalo Toscano e que elle se veria logo a estes regnos e nos serveria caa e em Guinea como boom e leal sojeito natural deles e nos consideramdo como nos podemos muyto servir do dicto João Garrido em os trautos de Guinea por elle ser dela natural* [...] Porem mandamos a todalas justiças destes regnos como governador delles que ajam o dicto Johão Garrido por forro e livre vindo elle a estes regnos e o leixem em elles morar trautar como qualquer outro cristãoo portuguees delles por que asy he nossa mercee [...] [carta de alforria escrita em 1477] (PORTUGALIAE..., 1993, p. 225, grifos nossos).

No primeiro recorte, um contrato de empréstimo do escravo Pedro Muça; no segundo, uma carta de alforria para outro escravo, Johão Garrido; em ambos, uma característica em comum: são escravos e são *línguas*. Saber as línguas, funcionar como intermediário nas relações que se estabeleciam era algo valioso, cuja administração se fazia necessária. O proprietário de Pedro Murça deveria ser indenizado, caso acontecesse algo com seu escravo. Já Johão Garrido, uma vez alforriado, e sendo “boom e leal sojeito”, poderia continuar útil ao rei na metrópole e na Guiné.

Nesse momento histórico, legisla-se sobre o corpo daqueles que sabem as línguas, administra-se a pessoa *do língua*: sua liberdade, seu direito de ir e vir, sua utilidade. *Língua* ou não, acima de tudo o africano é um escravo pagão, um objeto a ser disponibilizado conforme os interesses da coroa portuguesa e de seus donos. Ainda vai demorar para a legislação passar a

incidir sobre as línguas, sobre seu ensino na pedagogia religiosa, sobre a necessidade de se redigirem gramáticas e vocabulários como forma de se produzir um conhecimento que prescindia do falante nativo. O início da gramatização das línguas colonizadas só se iniciará no século seguinte.

## 5.

Na epígrafe desse trabalho, reproduzimos o ato real que designa Azurara como “stprivam da nossa Chancelaria dos Fectos e coussas de Guinee”.

A escrita funciona aqui como instrumento jurídico-administrativo e como meio através do qual vão ser domesticados os sentidos que o rei quer que permaneçam como memória das conquistas marítimas portuguesas. A *Chronica*, nessa perspectiva, tem por função pre-organizar uma memória do futuro, ou seja, tentar direcionar dentre os processos de significação da história vigente aqueles que convém à história de Portugal.

A pergunta que fica ainda é a do início do trabalho: Do passado colonial aos dias de hoje, o que se marca e o que se silencia como memória na formação lingüística das nações africanas colonizadas pelo império português? Algumas respostas, porém, começam a ser formuladas.

### Abstract

*This paper focuses on the early period of Portuguese linguistic colonization in Africa through an analysis of the Chronica do Descobrimento e a Conquista da Guiné written by Gomes Eannes Azurara in 1453. This work of Azurara is taken as the main text to understand the linguistic ideas emerging from the first contacts between the Portuguese and the African peoples. It is compared with other texts from the same period, such as Royal orders and papal bulls.*

*Keywords: Portuguese linguistic colonization, Portuguese language, African languages.*

### Referências

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1992.

AUROUX, Sylvain (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Mardaga, 1998. Tome 2 : Le développement de la grammaire occidentale.

AZURARA, Gomes Eannes. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, escrita por mandado de Elrei D. Afonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique [...] fielmente trasladado do manuscrito original contemporâneo, que se conserva na Biblioteca Real de pariz, e dado pela primeira vez à luz per diligencia do Visconde da Carreira, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. Magestade Fidelíssima na corte de França; precedida de uma introdução, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarém [...] e seguida d'um glossário das palavras e phrases antiquadas e obsoletas. Pariz: J. P. Aillaud, 1841.

BOXER, C. R. *O império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2001.

ENDERS, Armelle. *Histoire de l'Afrique lusophone*. Paris: Editions Chandeigne, 1994.

GUIA DE FONTES PORTUGUESAS para a história de África. Lisboa: Fundação Oriente: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1991. v. I: Organizado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e pelo Instituto Português de Arquivos.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. *Em louvor da língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1959.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, Fr.; E HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, 1988.

PORTUGALIAE MONUMENTA AFRICANA. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1993. Volume I: Publicação do Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Tropical: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2002. v. I.